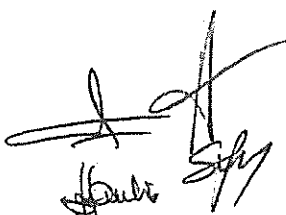


6

**ANEXO
AO
BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO
DOS RESULTADOS**

Exercício Económico de 2011.

Montantes expressos em Euros.



MRD

1. Identificação da entidade

A empresa Proruris – Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais, EEM, NIF.507 643 720, é uma empresa municipal de capitais públicos que goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, constituída em 2007, tendo sede em Rua das Freiras, Ed. Paços do Concelho, exercendo a actividade de serviços de consultoria na área rural, bem como todo o tipo de apoio ao desenvolvimento rural do concelho e formação profissional.

Encontra-se registada na Conservatória do Registo Comercial de Vinhais, sob a Matricula n.º 507 643 720 e com o Capital Social de cinquenta mil euros.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) consignadas, respectivamente, nos Avisos n.os 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística, antes referidas, em todos os aspectos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação.

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para a elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes.

Estas normas foram aplicadas ao período de 2009, de forma a garantir a necessária expressão e apresentação para efeitos comparativos.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1.º da Portaria n.º 986/2009, de 7 Setembro, designadamente o balanço, a demonstração de resultados, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respectivos montantes em Euros.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das DFs

a) Investimentos em Associadas

As participações financeiras em associadas (em entidades onde se exerce uma influência significativa e não se detém o controlo, apesar de, neste caso, a participação ser de 70%, não detém o controlo, ou seja, o controlo é partilhado pelos restantes participantes) são registadas pelo método de equivalência patrimonial.

b) Activos fixos tangíveis:

A mensuração inicial dos activos fixos tangíveis baseou-se no método do custo. A mensuração subsequente baseou-se no modelo do custo.

As depreciações destes activos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas mínimas definidas no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

As mais ou menos -valias resultantes da venda ou abate do activo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos resultados nas rubricas Outros rendimentos e ganhos ou Outros gastos e perdas.

b) Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do activo e como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transacção e não da forma do contrato.

Nas locações consideradas como operacionais (no caso da Proruris, existe *renting* de uma viatura), as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

c) Custos com empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto no período em que sejam incorridos. A Proruris contratualizou um contrato de descoberto em conta de depósito à ordem, e todos os custos decorrentes são gastos do período.

d) Rédito

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser valorizados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

O reconhecimento do rédito com referência à fase de acabamento de uma transacção é referido como o método da percentagem de acabamento. O rédito é reconhecido nos períodos em que sejam prestados. No caso da formação profissional, o rédito é reconhecido por aplicação deste método, em que é feito o cálculo com base na proporção dos custos incorridos até à data.

5.2. Valorização das várias classes

<i>Classe de activos \ Valores apurados</i>	<i>Terrenos e recursos naturais</i>	<i>Edifícios e outras construções</i>	<i>Equip. básico</i>	<i>Equip. de transporte</i>	<i>Equip. administrativo</i>	<i>Equip. biológicos</i>	<i>Outros activos fixos tangíveis</i>
Início do período	Valor bruto escriturado	4.071,17		20.771,53	31.683,63		383,00
	Amortização acumulada + perdas por imparidade	141,85		10.385,77	8243,05		135,66
Período	Aquisições			4.950,00			
	Alienações						
	Activos classificados como detidos p/ venda						
	Amortização do período	40,71		3.215,19	2.200,00		47,88
	Perdas por imparidade						
	Revalorizações						
	Outras alterações						
Fim do período	Valor bruto escriturado	4.071,17		25.721,53	31.683,63		383,00
	Amortização acumulada (incl. Perdas por imparidade acumuladas)	182,56		13.600,96	10.443,05		183,54

5.3. Activos fixos tangíveis - Depreciação reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros activos

Foi reconhecido nos resultados um valor de depreciações de 5.503,78 euros.

5.4. Activos fixos tangíveis - Depreciação acumulada no final do período

No final do período, as depreciações acumuladas de activos fixos tangíveis ascenderam a 24.410,11 euros.

4. Fluxos de caixa

4.1. A conta do BPI (conta nº 1) apresenta saldo credor de € 66.265,85, transferido para a conta 25 por se tratar de um descoberto autorizado, ao abrigo do contrato de descoberto em conta de depósito à ordem celebrado com a entidade em causa (Banco BPI, SA).

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Rubrica	2011	2010
Caixa	298,70	896,33
Depositos à ordem	9,02	11938,33
Outros depósitos bancários		

5. Activos fixos tangíveis

5.1. Divulgações gerais

A mensuração inicial dos activos fixos tangíveis baseou-se no método do custo. A mensuração subsequente baseou-se no modelo do custo.

As depreciações destes activos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas mínimas definidas no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respectivo bem entrou em funcionamento.

Apresenta-se, no quadro seguinte, um resumo da valorização das várias classes de activos fixos tangíveis:

6 – Locações

6.1 - Locações operacionais:

Existe um contrato de aluguer de uma viatura de mercadorias (Opel Corsa D Van Diesel) que teve início em 8 de Novembro de 2009 e terá termo em 8 de Novembro de 2012.

De acordo com o mesmo, o valor das rendas ascende a 323,56 com IVA incluído. Ao valor das rendas acrescem as despesas de cobrança em vigor na data do seu vencimento. O valor está sujeito a variação de acordo com a taxa EURIBOR 3 MESES.

De acordo com a natureza do contrato, todos os riscos económicos decorrentes da posse destes veículos, recaem sobre a empresa de *renting*.

7 – Custos de empréstimos obtidos

7.1 - Política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos.

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto no período em que sejam incorridos.

Durante o ano de 2010 os custos incorridos apresentam-se na tabela seguinte:

Serviços Bancários	1.068,55
Imposto de Selo	151,01
Juros Devedores	589,60
TOTAL:	1.809,16

8 – Investimentos em Associadas

A associada é uma entidade sobre a qual o investidor tenha influência significativa e na qual não detenha o controlo, isto é, o controlo é partilhado com os restantes participantes de capital.

Um investimento numa associada deve ser contabilizado usando o método de equivalência patrimonial.

A seguir se apresenta um resumo dos resultados da associada Enercastro;

	2010	2011
Total de Custos	2.962,00	85,00
Total de Proveitos	0	0
Resultado Líquido do Período	-2.962,00	-85,00

Pela aplicação do método, todas as alterações verificadas nos capitais próprios da entidade associada, devem ser reflectidos na conta de investimentos financeiros na proporção da participação desta nos capitais próprios daquela.

Assim, em primeiro houve necessidade de reclassificar o investimento financeiro para a conta 4121 – Participações de Capital – Método de Equivalência Patrimonial.

Seguidamente, procede-se à aplicação do método propriamente dito, explicitado nos seguintes cálculos:

Participação Inicial: € 14.000,04

RLP (2011): - 85,00 → $85,00 * 0.70 = € 85,50$ → valor a creditar na conta 4121, por contrapartida da conta 6852 - Aplicação do método da equivalência patrimonial.

9- Rédito

9.1. Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito

O rédito foi mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber determinada entre o comprador e o vendedor, tomando como consideração os descontos concedidos pela entidade.

O rédito inclui somente os influxos brutos de benefícios económicos recebidos ou a receber pela entidade, as quantias cobradas por conta de terceiros tais como impostos sobre as vendas e impostos sobre o valor acrescentado são excluídos do rédito.

9.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período

Prestação de serviços gerais: 165.801,02 euros

Prestação de serviços de inseminação artificial: 18.480,82 euros

Prestação de serviços em luta/corrida e chega de touros: 41.164,41 euros

10. Subsídios do Governo e apoios do Governo

10.1. Política contabilística adoptada para os subsídios do Governo

Os subsídios só são reconhecidos se existir segurança de que a entidade cumprirá as condições associadas, e que o subsídio será recebido. Os rendimentos são reconhecidos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados, numa base sistemática.

10.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras

Os subsídios recebidos pela entidade, destinam-se a compensar gastos incorridos na exploração.

Existem dois tipos de subsídios, por um lado, os provenientes do Município de Vinhais, que são recebidos à medida das despesas incorridas na exploração. Por norma o rendimento é reconhecido aquando do seu recebimento, pois

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados | 2011

acompanham os gastos incorridos na exploração, mas em 2011 foram reconhecidos 40.000,00 euros que só foram recebidos no início de 2012 por falta de liquidez da Câmara Municipal de Vinhais.

Por outro lado, existem outros subsídios, os relacionados com acções de formação (POPH e PME), ambos tratados com a Confederação dos Agricultores de Portugal. Neste caso, à medida que as acções de formação decorrem, são efectuados pedidos de pagamento, com base nos gastos incorridos em cada acção. Como tal, esse rendimento é reconhecido com base nos pedidos de pagamento já efectuados, pois como já foi referido, os gastos já foram incorridos e há segurança de que esses rendimentos venham a ser recebidos.

11. Impostos sobre o rendimento

11.1. Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico

A Proruris encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 10% (novas entidades).

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (CIRC), a entidade encontra-se sujeita a tributação autónoma para despesas com viaturas de turismo (10%) e despesas de representação (10%). O cálculo para o ano de 2011 apresenta-se no quadro seguinte:

Despesas com viatura ligeira de passageiros ou mista	
Conservação e reparação	167,40
Gasoleo	845,02
Seguro	448,30
Depreciações	3.215,19
IUC	113,15
TOTAL	4789,06
Taxa	10%
Valor da tributação	478,92
Despesas de Representação	
Taxa	10%
Valor da Tributação	61,58
Ajudas de Custo	
Taxa	5%
Valor da Tributação	234,55
Valor total das tributações Autónomas	775,05


Cálculo do imposto estimado:

Resultado antes de Impostos	17.840,40
Trib. Autónomas:	775,05
Colecta 10% :	1.844,66
TOTAL:	2.619,71
PEC:	1.160,00
Pgt por conta:	423,00
Imposto a pagar:	1.036,71

A estimativa de imposto a pagar ascende ao montante de 1.036,71 euros, levando em consideração o valor das tributações autónomas e a dedução dos pagamentos especiais por conta e pagamento por conta.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Entidade dos anos de N-4 a N poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Técnico Oficial de Contas



A Gerência / O Conselho de Administração

Entidade: Proruris - Empresa Municipal desenvolvimento Rural, EEM

Balanco em 31.12.2011 e 31.12.2010 [MODELO GERAL]

Unidade monetária (€)

CÓDIGO DE CONTAS	RUBRICAS	Notas	Dados	
			31.12.2011	31.12.2010
	ACTIVO			
	Activo não corrente			
43+453+455-459	Activos fixos tangíveis	5	37.449,22	38.002,61
42+452+455-459	Propriedades de investimento			
441	Goodwill			
44(excepto 441)+454+455-459	Activos intangíveis			
372	Activos biológicos			
4111+4121+4131-419	Participações financeiras - Método da equivalência patrimonial	8	4.993,34	5.049,84
4112+4122+4132+4141-419	Participações financeiras - Outros métodos			
268+268-269	Accionistas/Sócios			
4112+4123+4133+4142+415-419+431+455-459	Outros activos financeiros			
2741	Activos por impostos diferidos			
			42.439,56	43.052,65
	Activo corrente			
32+33+34+35+36+39	Inventários			
371	Activos biológicos			
211+212-219	Clientes		24.240,59	16.221,88
228-229	Adiantamentos a fornecedores		215,21	
24	Estado e outros entes públicos			
263+268-269	Accionistas/Sócios			
232+238-239+2713-2721+278-279	Outras contas a receber	10	116.399,79	100.593,53
281	Diferimentos		1.017,52	844,39
1411+1421	Activos financeiros detidos para negociação			
1431	Outros activos financeiros			
48	Activos não correntes detidos para venda			
11+12+13	Caixa e depósitos bancários	4	307,72	12.834,66
			142.180,83	130.494,48
	Total do ACTIVO		184.620,39	173.547,11
	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
	CAPITAL PRÓPRIO			
51-201-292	Capital realizado		50.000,00	50.000,00
52	Ações (quotas) próprias			
53	Outros instrumentos de capital próprio			
54	Prémios de emissão			
551	Reservas legais		1.576,11	1.388,38
552	Outras reservas		27.299,09	26.378,83
56	Resultados transitados			(2.655,88)
57	Ajustamentos de transição		(5.876,90)	(6.576,88)
58	Excedentes de revalorização			
59	Outras variações no capital próprio			
618	Resultado líquido do período		14.631,09	3.754,93
69	Dividendos antecipados			
	Interesses minoritários			
	Total do Capital Próprio		85.620,40	71.989,40
	PASSIVO			
	Passivo não corrente			
29	Provisões			
25	Financiamentos obtidos			
273	Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
2742	Passivos por impostos diferidos			
237+2711+2712+275	Outras contas a pagar			
	Passivo corrente			
221+222+225	Fornecedores		518,76	8.238,75
218+276	Adiantamentos de clientes			
24	Estado e outros entes públicos		16.393,53	23.648,38
264+265+268	Accionistas/Sócios			
25	Financiamentos obtidos		66.285,85	41.053,46
231+238+2711+2712+2722+278	Outras contas a pagar	7	14.821,75	31.617,12
282	Diferimentos			
1412+1422	Passivos financeiros detidos para negociação			
1432	Outros passivos financeiros			
	Passivos não correntes detidos para venda			
			97.999,80	101.557,71
	Total do Passivo		97.999,80	101.557,71
	Total do Capital Próprio e do Passivo		184.620,39	173.547,11

(1) O Euro, admissível se, em função da dimensão e exigências do relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de Euros

Handwritten signatures and initials in the bottom left corner.

O Órgão de gestão

O TCC



Entidade: Proruris - Empresa Municipal desenvolvimento Rural, EEM

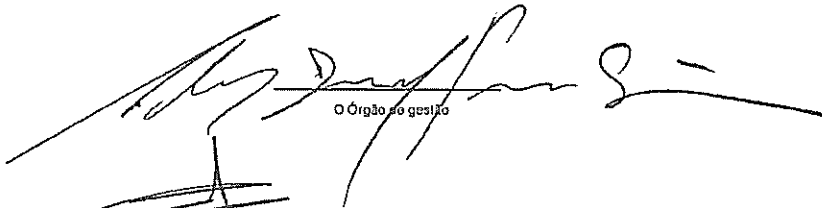
Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2011 e 31.12.2010

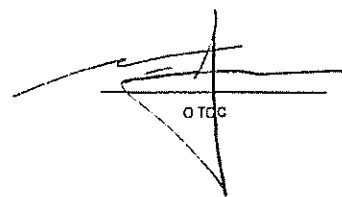
Unidade monetária (1)

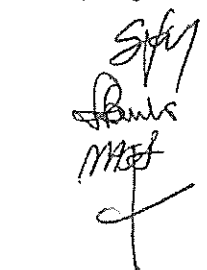
CÓDIGO DE CONTAS	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
			2011	2010
+71+72	Vendas e serviços prestados	5	213 051,90	179 377,63
+75	Subsídios à exploração	10	273 431,89	307 995,12
+785 685+792	Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8	(59,50)	(2 073,40)
+73	Variação nos inventários da produção			
+74	Trabalhos para a própria entidade			
61	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas			
+62	Fornecimentos e serviços externos		(269 828,27)	(301 901,55)
+63	Gastos com pessoal		(192 357,62)	(1 74 376,99)
-652+7622	Imparidades de inventários (perdas/reversões)			
-651+7621	Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)			
-67+763	Provisões (aumentos/reduções)			
-653-657-659+7623+7627+7628	Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
+77-66	Aumentos/Reduções de justo valor			
+78(excepto 785)+791(excepto 7915)+758	Outros rendimentos e ganhos	9	566,46	357,06
68(excepto 685) 6916-6928-6988	Outros gastos e perdas		(1 460,70)	(201,05)
	Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		23 344,18	9 176,82
-64+761	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(5 503,78)	(4 684,90)
-654-655-656+7624+7625+7626	Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		17 840,40	4 292,02
+7915	Juros e rendimentos similares obtidos			
-8911-8921-6901	Juros e gastos similares suportados	7	(589,60)	(143,36)
811	Resultado antes de impostos		17 250,80	4 148,66
812	Imposto sobre rendimento do período	11	(2 619,71)	(393,73)
818	Resultado líquido do período		14 631,09	3 754,93
	Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
	Resultado líquido do período atribuível a: (2)			
	Detentores da capital da empresa-mãe			
	Interesses minoritários			
	Resultado por acção básico			

(1) - O Euro, assim como se em função da dimensão e exigências da relação, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de Euros

(2) - Esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas


O Órgão de gestão


O OTC


SFM
Banco
MSE

C

O